

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Paulo Pereira do Valle Filho

**MARXISMO X FEMINISMO: DO SURGIMENTO DO IDEAL MARXISTA ATÉ UMA VISÃO
CONTEMPORÂNEA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientadora: Célia da Graça Arribas.

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **PAULO PEREIRA DO VALLE FILHO**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673102A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **MARXISMO X FEMINISMO: DO SURGIMENTO DO IDEAL MARXISTA ATÉ UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA**, desenvolvido durante o período de 18/11/2022 a 15/02/2023 sob a orientação de **CÉLIA DA GRAÇA ARRIBAS**, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo o presente.

Juiz de Fora, 15 de janeiro de 2023

PAULO PEREIRA DO VALLE FILHO

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

MARXISMO X FEMINISMO: DO SURGIMENTO DO IDEAL MARXISTA ATÉ UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA

Paulo Pereira do Valle Filho¹

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso visa apresentar os um debate entre o marxismo e o feminismo perpassando por conceitos dos pensadores clássicos até pesquisadoras contemporâneas do pós-feminismo. Buscando compreender a importâncias dos conceitos de igualdade entre os gêneros e a relação entre a luta de classes e a emancipação da mulher. A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica em diferentes momentos sobre a relevância do marxismo para a busca por igualdade. Na tentativa de apresentar a os desafios enfrentados e os que ainda devem ser levantados para o entendimento da relação entre marxismo e feminismo.

PALAVRA CHAVE: Marxismo; Feminismo; igualdade; Gênero.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tenta debater um tema polêmico sobre as relações de gênero no âmbito social e os diálogos entre os movimentos feministas e as teorias de cunho marxista. A tentativa é passear por alguns conceitos, sem a pretensão de esgotar o tema sobre Marxismo e Feminismo nos dias de hoje.

A relação entre o marxismo e o feminismo, teórica ou prática, é muito importante na identificação das mudanças nestes movimentos sociais. Vamos falar de alguns discursos do feminismo materialista dos anos 1970, que foi marcado pelo forte diálogo entre o feminismo e o marxismo, valorizando a estrutura social, a relação entre produção e reprodução, a posição da mulher no mercado de trabalho e o conceito de patriarcado. Enquanto na década de 1980 o resgate ao marxismo está relacionado às análises sobre trabalho e gênero, e o neoliberalismo como colaboradores mais intensos.

Na tentativa de relacionar o tema deste estudo, vemos que o marxismo sempre declarou seu compromisso com a igualdade entre os gêneros. Porém, quando estabelece a centralidade do debate na diferença de classes como fonte central das formas de opressão social, acabava permitindo a negação da relevância às demandas feministas ou mesmo, na pior das situações, que fossem consideradas “um tipo de diversionismo nefasto” (MIGUEL, 2017). Ainda que a contribuição do marxismo clássico em relação ao debate da submissão feminina não deva ser negligenciada (ANDRADE, 2009), pesquisadoras e ativistas que depois passaram a ser ícones do feminismo, como Clara Zetkin ou Alexandra Kollontai, recusavam as proposições do marxismo clássico, considerando-o burguês, em certa medida, e sexista. No Brasil, no final dos anos 1960, uma autora marxista como Heleith Saffioti ainda buscava ter reconhecimento nesta posição. Inclusive, na obra de grande repercussão na reflexão feminista no âmbito internacional da época, intitulado “A mulher na sociedade de classes”, a autora diz que “Se esta obra não se dirige apenas às mulheres, não assume, de outra parte, a defesa dos elementos do sexo feminino. Não é, portanto, feminista” (SAFFIOTI, 2013 [1969], p. 34). O principal motivo de críticas estava na tal afirmação em relação à superioridade explicativa da classe em relação ao gênero. Os problemas das mulheres, apresenta autora, “são problemas de classes sociais manifestando-se diferentemente nas categorias de sexo” (SAFFIOTI, 2013 [1969], p. 106).

Cabe aqui ressaltar a importância na área feminista de autoras e ativistas, pois várias conquistas obtidas pelas mulheres no decorrer do século XX são o resultado da militância e da prática teórica da alemã Clara Zetkin (1857-1933) e da russa Alexandra Kollontai (1872-1952). A vidas delas foi em grande parte

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: paulo.p.valle@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Profa. Dra. Célia da Graça Arribas.

dedicada à causa socialista e à importante tarefa de construção de uma nova sociedade. Participaram da luta pela emancipação da mulher, escrevendo, discutindo e principalmente organizando operárias nos movimentos de mulheres socialistas.

O destaque de Clara Zetkin, que era professora, jornalista e militante política, se deu, principalmente pela fundação em 1890 da revista “Igualdade”. E em 1907, na 1ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, Clara foi coautora de uma resolução que foi aprovada, onde exigia “direito a voto; igualdade de oportunidades e de salários para igual trabalho e proteção social à mulher e à criança”. Na sequência, em 1910, quando ocorre o II Congresso de Mulheres Socialistas em Copenhague, Dinamarca, Clara, que então era presidente da Secretaria Internacional das mulheres socialistas, e Alexandra criaram a proposta de eleger um dia internacional das mulheres a ser comemorado todos os anos, e que defendesse o direito ao voto feminino. Por este motivo em 1917, num 8 de março, as mulheres russas saíram às ruas numa poderosa manifestação contra a guerra, a falta de bens essenciais à sobrevivência e os baixos salários. O dia 8 de março foi escolhido em homenagem às 129 operárias queimadas vivas em Nova York em 1857, que lutavam pela redução da jornada de trabalho. Todo este movimento acabou culminando na Revolução Russa.

No próximo tópico veremos alguns pontos positivos e negativos na relação entre o feminismo e o marxismo.

2. FEMINISMO X MARXISMO: PONTOS NEGATIVOS E POSITIVOS

Uma das referências mais fortes nos debates entre este assunto é a Conferência Nacional Sobre a Questão da Mulher realizada em 2006 e organizada pelo PC do B, partido que historicamente dialoga sobre as pautas femininas e os direitos das mulheres, onde Kátia Souto², uma das representantes da Comissão de Redação da Conferência, defendeu: “Há uma subestimação do sentido estratégico da luta contra a desigualdade de gênero. Para melhor compreendê-la, faz-se necessário retomar a análise dos clássicos do marxismo. Para eles, o surgimento da opressão de sexos coincide historicamente com a opressão de classes, tendo sido usada, ao longo dos tempos para ampliar a exploração social. Logo, a primeira não é um mero resultante da segunda” (Relatório da Conferência Nacional Sobre a Questão das Mulheres, 2006).

Os marxistas sempre se preocuparam com este assunto, que é visualizar a questão da mulher como uma questão social e só assim ela será resolvida, desnaturalizando a condição de subordinação da mulher e colocando isto numa problemática histórico-social. Pois a teoria marxista também contribuiu com o conceito de alienação em relação ao processo de trabalho, ligando o papel do trabalho doméstico no processo de produção da vida material, dificultando, a meu ver, a incorporação da mulher ao trabalho formal. E

o núcleo central da teoria marxista – a concepção de um processo histórico e materialmente situado, originando conflitos, hierarquias e instituições – permitiu desnaturalizar as desigualdades de gênero, superando uma abordagem essencialista que situava na natureza humana a base da dominação e da subordinação. (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 46).

Muitas críticas foram feitas sobre as teorias marxistas em relação à mulher, principalmente a de associar esta questão apenas a uma condição econômica, um mero apoio das relações produtivas. Inclusive no livro *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels definem como único processo: a relação entre a reprodução e a manutenção da vida e das relações sociais, tão importantes quanto as relações de produção. Isto fomentou a

² Kátia Souto é doutora em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Servidora pública federal, cargo Tecnologista em Gestão de Políticas de Saúde no Ministério da Saúde. Especialista em Gestão Pública e Saúde Coletiva, com ênfase em Gestão Participativa e Saúde Pública, atua principalmente no âmbito das políticas públicas e participação social, equidade e gênero, política de equidade em saúde, saúde sexual e saúde reprodutiva, controle social e educação popular. Professora convidada, Disciplina Políticas Públicas de Saúde Equidade e Gênero (eletiva) no Mestrado Profissional em Políticas Públicas na Fiocruz/Brasília e também é uma das idealizadoras da Conferência Nacional de Saúde das Mulheres.

dimensão coletiva da subjetividade humana. Como ilustração, há uma carta³ de Friedrich Engels a Joseph Bloch escrita em 1890, onde ele esclarece:

“(...) segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu, afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc, as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento interior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante (ENGELS, 1890, sp).⁴

E afirma mais adiante: “Se os mais jovens insistem, mais do que devem, sobre o aspecto econômico, a culpa em parte, temos Marx e eu mesmo. Face aos adversários, éramos forçados a sublinhar este princípio primordial que eles negavam e nem sempre dispúnhamos de tempo, de espaço e de oportunidade para dar importância devida aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações” (ENGELS, 1890).

Desde o início do capitalismo, os ideologistas burgueses tentam criar uma explicação “científica” para a inferioridade da mulher por meio de um discurso biologicista, com ênfase na reprodução humana e pela “inclinação natural” em afazeres domésticos e na criação dos/as filhos/as e em todos os trabalhos dos cuidados com doentes, idosos e pessoas com deficiência, algo totalmente preconceituoso e falso. Em oposição a isso, pensadores como Karl Marx, Friedrich Engels, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, V. I. Lênin, Alexandra Kollontai, e Leon Trotsky desenvolveram uma estrutura teórica amarrando a luta pela libertação das mulheres à luta pelo socialismo em defesa da valorização da mulher na sociedade.

No *Manifesto do Partido Comunista* o fator da propriedade privada é o grande motivo da submissão da mulher, juntamente com a transformação da instituição da família. Dentro do capitalismo a burguesia reduz as mulheres a instrumentos de reprodução ou prostituição. Marx critica as relações afetivas como instrumentos e o lugar dado as mulheres na sociedade.

Ao trabalhar nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx desenvolveu a ideia do materialismo histórico, citando a função social da maternidade (mais uma vez) e diz que a família é: “O terceiro fator que aqui intervêm, desde o princípio, no desenvolvimento histórico, é o de os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam, ao mesmo tempo, a criar outros homens, a procriar: é a relação entre marido e mulher, entre pais e filhos, a família.” (MARX; ENGELS, 2015).

E depois de trabalhar estes fatores, a vida material, novas perspectivas e a reprodução citada ele afirma: “Esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três degraus diferentes, mas simplesmente como três aspectos, ou como (...) três momentos, que coexistiram desde o início da História e desde o primeiro homem e que ainda hoje continuam regendo a História”. (MARX; ENGELS, 2015).

Então Engels publica o livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, onde trata o desenvolvimento da humanidade comprovando as mudanças na posição da mulher, que geram grandes

³ Texto originalmente publicado em *Der sozialistische Akademiker*, Berlin, Out., 1, 1895, em alemão.

⁴ Friedrich Engels (1820-1895) contribuiu enormemente para o desenvolvimento do materialismo dialético. Juntamente com Karl Marx assinou “A Sagrada Família” (1844) e o “Manifesto Comunista” (1848), além de ter escrito importantes textos para o marxismo, como “Socialismo utópico e científico” (1880) e “As origens da família, da propriedade privada e do Estado” (1884). Este pequeno texto é parte da vasta correspondência trocada, contestando a (ainda hoje) frequente acusação de um hiper determinismo econômico sobre outros fatores, o que seria um anticientificismo do materialismo histórico. Engels responde a este ponto e explica a inter-relação entre a legislação e o direito no capitalismo, bem como o papel do Estado. O texto é pequeno, e embora não seja de fácil leitura, é fundamental pela sagacidade dos conceitos elaborados e explicados.

transformações sociais, ao desenvolvimento científico e técnico. Fala da igualdade do chamado, na época, de “comunismo primitivo” até a civilização, isto ocorreu a partir da mulher ser excluída do processo produtivo social. Engels então concluiu:

A emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção; e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas tempo insignificante (ENGELS, 2013, sp⁵).

Alguns antropólogos, como Bateson e Margaret Mead, têm diferentes posições sobre a supremacia masculina sobre as mulheres que apontavam sua origem nas divisões de trabalho nas tribos indígenas, uma vez que deparamos com a falta de controle da gravidez, elas sempre estavam ou em gestação ou amamentando, o que tornava difícil o deslocamento delas das tribos e clãs para funções como caçar, guerrear e com isso restavam as tarefas “mais leves”; estas são: as colheitas, os filhos e os trabalhos domésticos. Porém os marxistas discordam, pois acreditam que esta submissão só ocorre com o surgimento da propriedade privada e a permanência da mulher em casa para garantir a herança da propriedade. Nos estudos de Bateson (1958), intitulado Naven sobre a ordem social latmul, e de Margaret Mead (1935), Sexo e Temperamento, sobre os processos de socialização que determinam culturalmente as condutas femininas e masculinas, podemos observar a contradição. No estudo de Bateson, pela primeira vez as mulheres não estavam excluídas pelos antropólogos da análise teórica da ordem social. Enquanto Mead produziu um estudo diretamente focado na antropologia do gênero, onde separa os conceitos biológicos e sociais da sexualidade, concluindo que as características comportamentais e temperamentais dos sexos podem variar de cultura para cultura (MEAD, 1935).

Alguns críticos acreditavam que faltou uma análise mais profunda no marxismo sobre esta subordinação feminina, redefinido, por exemplo, a divisão sexual do trabalho e não apenas encorajando uma interação das atividades privadas ao setor público, mesmo que no socialismo, trabalhos como os domésticos e dos cuidados fossem idealmente coletivos.

Marx e Engels não deixam claro em seus escritos qual sexo deveria desenvolver estas tarefas citadas, tanto no público quanto no privado, deixam meio que nas entrelinhas que a mulher é que devia desenvolvê-los (BRYSON, 2011, p. 73)

De modo geral o marxismo tem uma forma ampla à dimensão política da subordinação da mulher, não somente pela injustiça do fato, mas seu modelo teórico engloba o surgimento dessa submissão como sendo intrínseca ao desenvolvimento das relações sociais e decorrentes do capitalismo. Na concepção do feminismo marxista, a subordinação da mulher aos homens está associada à instauração da propriedade privada e da luta de classes. Com efeito, afirma Moraes (2000) ao comentar a obra de Engels:

No tocante à ‘questão da mulher’, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em A origem da família, da propriedade privada e do Estado a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da “opressão específica” [...] (MORAES, 2000, p. 89).

A propriedade, de acordo com a teoria marxiana, teria na família o seu “germe”, na qual, segundo Marx e Engels em A ideologia alemã, a mulher e as crianças são consideradas escravas do homem. Para os

⁵ Trecho disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/cap09.htm>. Acesso em: 10 dez. 2022.

autores, a escravidão aparece de forma ainda latente e muito rudimentar na família, mas já constitui a primeira propriedade (MARX; ENGELS, 2009, p. 47).

A emancipação da mulher não possui apenas uma dimensão econômica, uma vez que as relações materiais dominantes se associam às ideologias também dominantes. Abolir a propriedade privada e transformar a economia doméstica individual em uma economia doméstica social são premissas necessárias para a emancipação, porém são insuficientes. A transformação da cultura e dos valores também são indispensáveis para que isto ocorra. Transformar hábitos profundamente enraizados não é tarefa fácil. No entanto, não há como negar os limites e problemas presentes nos textos marxistas em relação a este tema. Algumas destas críticas acabam desconsiderando, de modo temporal, o contexto histórico das obras de Marx e Engels.

Sobretudo, se ambos tivessem dado conta de todos os conflitos da modernidade incluindo os de gênero, deixando uma herança de resoluções sem a necessidade de desenvolvimento e acréscimos futuros, seria no mínimo ir de encontro a dialética marxista e permanecer num patamar um tanto idealista, já que estariam conjecturando algo que não ocorreu de fato, assim como o dogma do socialismo ideal de Marx.

Em contrapartida, o ponto de vista de Augusto Bebel no livro *A Mulher e o Socialismo* que usa o mesmo argumento de Marx e Engels sobre a questão da mulher ao dizer: “Todas as opressões sociais encontram sua raiz na dependência econômica do oprimido em sua relação com o opressor. Desde os tempos mais remotos, a mulher se encontra nessa situação: a história do desenvolvimento da sociedade humana o ensina” (BEBEL, 1977) e ainda identifica a diferença de liberdade e a hierarquia existente entre o homem e a mulher proletária. Chega a afirmar que todas as mulheres, apesar da classe, teriam algum interesse em comum e poderiam se unir em torno de algumas demandas.

E é inegável a contribuição marxista na identificação da gênese da opressão e o caminho possível para a emancipação social da mulher e a grande influência do capitalismo na estrutura de dominação/subordinação e a complexidade que as interações sociais assumiram na contemporaneidade.

Há também o ponto da teoria do patriarcado, que não deve ser deixado fora desta análise, considerando o problema da relação homem/mulher em si, e não ao capital/economia, pois este problema pode ocorrer em várias sociedades seja ela capitalista ou não, na atualidade ou não. O patriarcado apresenta-se então como conceito estruturante do sistema de dominação masculina (HARTMAN, 1976; WALBY, 1990). Na condição de um sistema próprio de dominação, o patriarcado, como relação de poder, gera a divisão sexual do trabalho. Walby (1990) concebe uma distinção entre o patriarcado e o sistema de classe. O patriarcado seria um sistema através do qual os homens exercem o poder e exploram as mulheres, ao passo que o capitalismo é concebido como um sistema em que o capitalista expropria o ganho do trabalhador (C. Araújo).

Desta forma o patriarcado não poderia ser explicado abstratamente, mas sim como uma expressão do homem sobre o trabalho da mulher, principalmente como facção do processo produtivo. Mas este conceito de patriarcado não se encaixa dentro do feminismo, como exposto anteriormente. Isto é mais complexo quando se tenta separar patriarcado e sistema de classes, inclusive porque o capitalismo tem um desenvolvimento interno que necessita das relações de dominação masculina, isto ocorre pela própria necessidade intrínseca de expansão. A noção de patriarcado é importante para descrever a trajetória de desequilíbrio e dominação que as relações de gênero assumiram, mas não como conceito explicativo (Barret, 1983).

Para o entendimento de estudo das relações entre capitalismo e patriarcado precisamos saber em que consiste o patriarcado para entender de que forma ele é ou não teoricamente independente do capitalismo. Somente através deste entendimento, poderemos dar conta da interdependência historicamente constatada entre esses dois sistemas: de classes e de sexo. Somente desta maneira será possível nortear materialmente a articulação das lutas antipatriarcais e anticapitalistas. Pois a libertação total das mulheres não se dará sem uma desconstrução absoluta do sistema de produção e de reprodução patriarcal e capitalista ao mesmo tempo.

Como esse sistema é central a todas as sociedades conhecidas, essa libertação implica a mudança total das bases de todas essas sociedades, que não ocorrerá sem uma revolução, isto é, a tomada do poder político. Essa tomada de poder

deve constituir o objetivo definitivo do movimento de libertação das mulheres, que deve se preparar para uma luta revolucionária (DELPHY, 2015, p. 117).

3. PÓS-FEMINISMO E IDEIAS CONTEMPORÂNEOS

Cabe salientar que a tentativa deste trabalho busca partir de uma retomada histórica do debate sobre o feminismo surgindo nos grandes clássicos da antiguidade e de como até hoje nos estudos relacionados ao chamado pós-feminismo ainda estão latentes e presentes mesmo na atualidade, ciente de um grande salto temporal de lutas pela emancipação da mulher e seu destaque na sociedade atual.

Para entendermos mais sobre a atualidade vale explicar o conceito de pós-feminismo, que toma formato de movimento a partir de 1990 – não somente na Europa, onde se iniciara, mas também nos EUA. Critica-se o que se identificaria como ‘postura feminista’, isto é, o ‘policiamento’ da sexualidade e a redução da mulher à vítima. E afasta-se de conceitos como patriarcado, das distinções entre o feminino e o masculino, e da ênfase em relações entre tais constructos. Também se recusa o conceito de gênero, por considerar que levaria ao ocultamento da homossexualidade e da bissexualidade. Para Judith Butler, o marxismo, independentemente do grau em que foi modificado, parecia incapaz de entender os temas da diferença de gênero e da opressão das mulheres. A autora foi uma das muitas que concluiu que só poderiam avançar dentro de um “paradigma marxista, que era útil, mas ao mesmo tempo tinha limitações no que diz respeito a gênero e sexo” (BUTLER, 2003).

Celebram-se as diferenças culturais (o que herda também do pós-estruturalismo) e, na esteira do pós-modernismo, rejeita-se o capitalismo no plano discursivo, e o marxismo, caricaturado como perspectiva ‘economicista’ e totalizante que, ao enfatizar a igualdade, tenderia a homogeneizar experiências e a considerar que só haveria um sujeito na revolução, o proletariado, aliás, revolução termo também abolido do léxico dos ‘pós’, seria uma ‘meta narrativa’ incompatível com uma ideologia que preza o “eterno presente” – textos entre aspas, de Fredric Jameson (CASTRO, 2000).

O pós-feminismo fala de um abandono da identidade “mulher”, para acabar com a dominação da mulher. Para Butler, a identidade é um ideal normativo, um conjunto de características que estabelecem uma continuidade através do tempo, a partir de “práticas regulatórias que marcam a divisão de sexo e gênero, a coerência interna dos sujeitos e a autoidentidade do indivíduo” (GALLINA, 2006). O que também engloba e é aclamado como feminismo da diferença, denominados pós-moderno e/ou pós-estruturalista que tenta romper as fronteiras da dominação em questão.

Butler identifica-se com um modelo mais polêmico e ousado que a vertente pós-moderna, o qual denominam pós-feminismo. Em sua análise crítica, apoia que nas duas vertentes alguns binarismos ainda são sustentados sem questionamentos. A autora ainda aponta a falsa estabilidade da categoria mulher e propõe buscar uma forma de “interrogação da constituição do sujeito que não requeira uma identificação normativa com o ‘sexo’ binário” (GALLINA, 2006).

Butler apresenta pontos importantes que podem levar as mulheres a buscarem a condição de sujeito de uma maneira existencialista, ou seja, uma possibilidade de que se tornem sujeitos masculinos, enquanto Beauvoir pensa em um sujeito universal que abrange tanto homens quanto mulheres.

Um contexto teórico que toma por base a crítica às teorias (inclusive a marxista) que concebem a existência de uma totalidade social capaz de ser conhecida, interpretada e transformada. Argumentam, ao contrário, que existem apenas verdades parciais e momentâneas, assim como identidades circunstanciais, não sendo possível apreender a totalidade da vida social e qualquer tentativa nesse sentido é inerentemente excludente. Com efeito, não existem causas fixas e sim contingências. Sob esse ponto de vista, política só é possível de ser pensada a partir dos interesses imediatos e contextuais que surgem das situações

específicas. Desse modo, toda e qualquer identidade, além de ser múltipla porque perpassada por diversas situações vivenciadas socialmente, é também circunstancial. Assim, a crítica ao marxismo refere-se à sua fixidez estrutural e às suas pretensões totalizantes, inclusive à pretensão de definir e transformar a situação das mulheres priorizando uma única identidade, numa perspectiva universalista. Nesse processo geral de revisão crítica, o conceito de gênero emerge como instrumento analítico capaz de oferecer espaço para incorporar uma dimensão subjetiva e simbólica de poder e dominação, para além das fronteiras materiais. (ARAÚJO, 2001, p. 68).

Nos dias de hoje, as formas de agressão às mulheres não diminuíram assim como sofreram mudanças de comportamento como: estupro coletivo, a opressão em países de religiões extremistas, onde o espaço da mulher sofre restrições na sociedade e na política, o aumento da violência doméstica, os golpes financeiros e os impactos materiais das políticas neoliberais são mais intensas sobre as mulheres do que sobre os homens. Os conflitos não podem ser minimizados e sim entendidos como expressão da sociedade contemporânea, o que é vergonhoso numa sociedade que gosta de defender e apoiar a natureza, as crianças, o meio-ambiente e coisas do tipo, e as mulheres como sempre são esquecidas ou então abafadas nesta sociedade ainda tão machista e dominadora.

4. PONTOS CONTROVERSOS NO BRASIL

Sobre as correntes “pós”, o Brasil participa, mas não se afirma. Estão crescendo os investimentos em outro tipo de feminismo. Em movimentos sociais de base popular, como no dos sem-terra, em sindicatos de corte classista e em ONGs de feministas, comprometidas também com a crítica anticapitalista, sugerindo o engendramento de um feminismo classista, porém sem os vícios dogmáticos de correntes dos anos 1970. Por práticas diversas, busca-se hoje, nessas experiências, combinar a crítica às relações entre os sexos, à família; preocupações com subjetividade, corpo e sexualidade com análises sobre organização social; denúncias sobre privatização e deterioração dos serviços públicos que afetam diretamente as mulheres (como os serviços de saúde e de educação) com uma postura de recusa ao Estado neoliberal. (CASTRO, 2000).

Na base da sociedade brasileira as mulheres ocuparam os espaços privados, cuidando da casa, e os homens sempre ocuparam o espaço público, principalmente na política, sendo a sociedade brasileira machista, sexista e patriarcal. A participação política das mulheres é prova disso, seja como eleitoras (desde a década de 1930), seja como candidatas a cargos públicos, mas tal mudança ocorre a passos lentos. Eleitores, Habitantes e PEA (pop. Economicamente ativa) no Brasil as mulheres são maioria. Na década de 70 do século passado, as mulheres representavam 35% do eleitorado, ultrapassando a marca dos 50% no ano de 2006, quebrando a hegemonia do eleitorado masculino. Em relação à disputa eleitoral, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de candidaturas femininas alcançou 31,7% do total de registros nas eleições de 2012, o que significou um certo avanço (ONU Mulheres, 2020), embora exista machismos disfarçados em organizações de esquerda onde há cotas para mulheres, entre os partidos e na criação de departamentos para “assuntos da mulher”, dando uma conotação totalmente pejorativa para as mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não basta uma interpretação somente marxista e socialista para operar na complexa relação desigual entre sexos, as divisões de trabalho, de poder, de entendimento do prazer. É necessário um diálogo profundo com limites ideológicos entre os (as) feministas.

Um dos desafios que parecem estar colocados para o marxismo é o de ampliar seu olhar, incorporando a complexidade e as dimensões de conflitos que certos processos opressivos foram assumindo

ao longo da história, sobretudo com a emergência da modernidade e a afirmação dos indivíduos como sujeitos de si mesmos, conformando assim subjetividades coletivas que se refletem na política tradicional, mas têm uma dimensão ideológica própria.

As mulheres são ofendidas onde o marxismo esclarece mal: o não-econômico, o simbólico e o corpo. O feminismo pode regenerar o marxismo. Cabe aos pesquisadores(as) voltar ao marxismo teórico e localizar os pontos necessários, o contexto histórico, os acertos, os erros e situá-los a luz do atual momento histórico. Além de debater se o neoliberalismo reforça de fato a visão conservadora sobre a questão da mulher e a perspectiva do socialismo e se ele pode realmente abrir caminho para a total emancipação da mulher na sociedade.

Para isso “a distância entre o saber acadêmico e a prática de movimentos sociais e das organizações de base comunitária compromete a crítica e a negação do capitalismo em sua feição atual, distanciando prática teórica e prática organizacional. Insisto na observação de que nos países de capitalismo avançado, o que apenas se prenuncia no Brasil, destaca-se, na academia, um pensamento crítico ao marxismo, um feminismo culturalista, não no sentido gramsciano, de atenção à cultura, e nessa à cultura que colabora na sustentação do neoliberalismo.” (CASTRO, 2000).

Mas para isso é importante ressaltar que a diversidade dos sujeitos é um fato necessário, desde que não em detrimento da luta política causada pela criação dos sujeitos coletivos combativos, em torno de uma luta de classes, que deve ser o ponto comum entre todas as lutas sociais que buscam acabar com as desigualdades sociais, assim a efetivação da igualdade substantiva. Desta forma, afirmamos a necessidade do reconhecimento da diversidade, da compreensão com capacidade crítica das relações sociais de sexo, raça e classe sem deixar para trás a dimensão da ação coletiva voltada para emancipação humana. Desta maneira, podemos perceber neste estudo que o feminismo e o marxismo possuem a mesma aspiração, ou seja, a construção de um novo sistema de relações humanas orientadas pela liberdade e na igualdade substantiva entre todos os sujeitos sociais, como também deve ser preocupação das ciências sociais e de todos os estudos relacionados com as humanidades.

Nesse sentido, buscamos a tentativa de perceber que a relação entre feminismo e marxismo é fundamental para enfrentarmos as desigualdades sociais, pensando na construção de um sistema no qual a exploração e todos os tipos de opressão sejam marcas que sirvam somente como referência de como não devemos reproduzirmos qualquer relação que remeta ao sistema patriarcal-racista-capitalista. De maneira que possamos considerar a relação entre feminismo e marxismo como instrumento importante para o desenvolvimento das pesquisas em humanidades em busca de igualdade social, uma vez que a pesquisa e a atuação de um pesquisador devam ter o compromisso com a emancipação humana contra todas as formas de preconceitos, opressão e explorações.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joana El-Jaick. A social-democracia clássica e a emancipação feminina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, p. 159, 2009.

ARAÚJO, Clara. Marxismo e feminismo, tensões e encontros de utopias atuais. **Presença da Mulher, São Paulo**, p. 1-15, 2001.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. **Gênero, família e trabalho no Brasil**, p. 15-77, 2005.

BEBEL, A. **La Mujer y El Socialismo**, Akal, 1977.

BUTLER, Judith. Tráfico sexual—entrevista (Gayle Rubin com Judith Butler) II. **cadernos pagu**, v. 21, p. 157-209, 2003.

BRYSON, Bill. **Em casa: uma breve história da vida doméstica**. Editora Companhia das Letras, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, v. 11, p. 98-108, 2000.

DELPHY, Christiane. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 17, Brasília, maio-agosto de 2015, pp. 99-119.

DOSSIÊ MARXISMO E FEMINISMO, **Revista Crítica Marxista**, n. 11, São Paulo: Boitempo, 2000.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 2010.

_____. Carta a Bloch. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Vol. 3. São Paulo: Alfa Ômega, 1982b.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2013.

ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. pp. 760-765. in TUCKER, Robert C. (org.) *The Marx-Engels reader*. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 10 dez 2022.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. Boitempo Editorial, 2019.

GALLINA, Justina Franchi. **Pós-feminismo através de Judith Butler**. 2006.

KOLLONTAI, A. A Nova Mulher e a Moral Sexual, **Coleção Bases**, n. 6, 5ª ed., 1982.

LENIN, Vladimir Il'ich. **Sobre a emancipação da mulher**. Alfa-omega, 1980.

MACHADO, Luis A. Gênero: conceito ou categoria de análise? XIV Anpocs, Caxambu, 1990. Mimeo.

MARX, K. e ENGELS, F. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", in, Karl Marx e Friederich Engels, *Obras Completas*. São Paulo: Alfa-Ômega

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir Ilitch. **Sobre a mulher**. 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Boitempo editorial, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. **Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3), set./dez., 2017, pp. 1219-1237.

VALADARES, L. "A controvérsia 'Feminismo x Marxismo'". In: **Revista Princípios**, São Paulo: Anita Garibaldi, n. 18, junho/julho/agosto de 1990.

SACCHI, Angela Célia *et al.* **Antropologia de gênero e etnologia kaingang**: uma introdução ao estudo de gênero na área indígena Mangueirinha/Paraná. 1999.

SCOTT, J. "Gênero. Uma Categoria Útil para Análise Histórica". in, **Educação e Realidade**, vol. 16, n.2, 1990, pp.5-22.

INTERNET

- Teoria e Prática – que desafio difícil! E tão cotidiano...
Autor: Kátia Souto
Fonte: <http://obitoque.blogspot.com/2007/10/o-divrcio-entre-o-marxismo-e-o.html>
- Clara Zetkin: O feminismo como bandeira socialista
Fonte: <http://www.marxists.org/archive/zetkin/>
- O marxismo e a questão da mulher
Autor: Ana Rocha
http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=83&cod_not=932
- Site Vírus - 9 de janeiro de 2007 - Dossier Congresso Karl Marx
Feminismo(s) E Marxismo: um casamento “mal sucedido”?
Autores: Manuela Tavares, Deidré Matthee, Maria José Magalhães, Salome Coelho
- Marxismo e Feminismo: tensões e encontros de utopias atuais
Autor: Clara Araújo
<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=12193>